

bandeira
tribuzi

**FORMAÇÃO
ECONÔMICA
DO MARANHÃO**

**UMA PROPOSTA DE
DESENVOLVIMENTO**



FUNDAÇÃO INSTITUTO
DE PESQUISAS
ECONÔMICAS E SOCIAIS

FIPES

Anna Tribuzi

CDU 33:981.21

Arquivo Família Bandeira Tribuzi

BANDEIRA TRIBUZI

**FORMAÇÃO ECONÔMICA
DO MARANHÃO**

UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO

SÃO LUÍS-MA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

João Castelo Ribeiro Gonçalves

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

João Rebelo Vieira

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Diretor presidente – José Augusto dos Reis

Diretor de Pesquisa – Raimundo Palhano

Diretor Administrativo Financeiro – Luis Fernando B. Sousa

EDIÇÃO

CDI – Centro de Documentação e Informação

Unidade de Editoração

Rua do Trapiche, 199

Telefone, 222-8680

65.000 – São Luís – Ma.

Capa: Flávio Bender

© 1981, FIPES

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida sem a permissão da FIPES

Pinheiro Gomes, José Tribuzi.

Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento José Tribuzi Pinheiro Gomes. – São Luís : FIPES, 1981. 60 p. : tab. ; 22 cm

Conteúdo: Formação econômica do Maranhão. Um projeto para o Maranhão.

33:981.21
33(812.1)
338.92(812.1)

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra de José Tribuzi Pinheiro Gomes (BANDEIRA TRIBUZI), poeta maranhense recentemente falecido que, juntamente com outros talentos literários de sua geração, fizeram inscrever o Maranhão nos quadros da moderna literatura brasileira com obras de alto valor poético e humanístico.

Jornalista detentor de coragem cívica extraordinária, Bandeira Tribuzi fez das redações de jornais onde militou, o gabinete de pesquisa da realidade social e política do seu Estado, por quem seu coração, até à morte prematura, se encontrava irremediavelmente apaixonado.

As lides políticas, às quais se entregou franciscamente, humildemente e, às vezes, anonimamente, mas com exuberante paixão e invulgar determinação, não turbaram a sua visão científica dos fenômenos econômicos e sociais ocorridos à sua volta, nem lhe embotaram a erudita capacidade de compreensão dialética da História maranhense.

Ao contrário, o seu engajamento nas causas políticas populares, resultante natural da formação filosófica marxista, obtida no estudo de Rosental, Plekanov, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Engels e outros tantos filósofos do materialismo dialético e do socialismo, durante os anos em que frequentou o curso de bacharelado em ciências econômicas da Universidade de Coimbra, fez com que a sua visão crítica e analítica dos fenômenos históricos ocorridos no Maranhão ganhasse a autenticidade suficiente para ser ele o intérprete mais fiel da história do povo nesta parte do Brasil.

Líder de várias gerações maranhenses, sobre as quais exerce ainda notável e benéfica influência filosófica e para as quais traçou claros caminhos a percorrer na densa e emaranhada floresta política nacional, Tribuzi não teria completada a sua imorredoura obra de revolucionário do pensamento se não deixasse a seus discípulos, e para a posteridade, um livro em que sistematizasse os resultados de suas observações sobre a economia do Estado que tanto amou.

Graças ao trabalho paciente de sua mulher Maria e de alguns ex-alunos seus, aqui estão as notas que Bandeira deixou sobre a evolução histórica da economia maranhense, desde os tempos coloniais até os últimos dias em que ele, mansamente, pôde olhar, com seu olhar profundo e percuciente, a realidade de nossa terra.

É verdade que tais notas podem conter imprecisões, lapsos ou equívocos. Certamente, elas não tinham caráter definitivo. Sei, mesmo, que Tri-

buzi pensava em revê-las com o cuidado e o desvelo que sempre dedicou a toda a sua produção intelectual. Porém, a morte privou-nos do seu talento antes que essa revisão se fizesse.

Ademais, Tribuzi, embora vazasse tranqüilidade por todos os poros, levou sempre vida atribulada. Entre os deveres da cátedra acadêmica, mal remunerada, à qual se entregava amorosamente ao ministrar primorosas peças de erudição e pedagogia, Tribuzi era o jornalista indormido, ofício que desempenhava como se fora para ele um ministério religioso. Ao mesmo tempo, tinha de desobrigar-se das suas funções e dos seus encargos de técnico do Banco de Desenvolvimento e assessor pessoal de governadores.

Ao lado de tudo isso, o chamamento da poesia, arte que Bandeira cultivou com a paciência de quem cultivava orquídeas e com a esperança verde dos hortelãos anônimos. Nela Tribuzi realizou talvez a mais profunda obra poética da moderna literatura maranhense.

Apesar de tudo, aqui está um trabalho da maior valia para os que pretendem desvendar o passado maranhense e projetar luzes sobre nosso futuro. Imperfeito, como toda a obra humana, este livro será, certamente, um manual de consulta e texto obrigatório aos estudantes dos diversos graus.

Com estes apontamentos sobre a história da economia maranhense, Bandeira Tribuzi alinha-se a Gaioso, César Marques, Fran Pacheco, Jerônimo Viveiros, Raimundo Lopes e mais alguns poucos autores que se preocuparam em conhecer o Maranhão e interpretar a sua História.

Esta obra, contudo, tem um caráter distinto e excepcional: é que Tribuzi não fez historiografia, não retratou um momento estático da história econômica do Maranhão. Ao contrário, ele se comportou, ao redigir estas notas como o observador que interpreta e critica os fenômenos históricos munido dos instrumentos científicos que lhe permitiram esta magnífica e ampla visão dialética de nossa evolução econômica e social.

E não se contentou apenas com o passado de nossa história econômica, mas aventurou-se à elaboração de um perfil para o futuro de nosso Estado, delineando medidas de política econômica a serem implementadas e definindo diretrizes para um projeto de desenvolvimento econômico e social do Maranhão auto-sustentável, baseado na intensiva utilização dos fatores de produção mais abundantes nos quadros de nosso sistema econômico: recursos naturais e mão-de-obra.

Aliás, da primeira à última página desta excelente obra didática, que a FIPES entrega hoje ao povo para o qual Tribuzi dedicou inteiramente a sua vida, nota-se, até nas entrelinhas, a sua enorme preocupação com o Setor Primário. Para aqueles, entretanto, que tiveram a ventura de privar de sua inti-

midade, essa não será uma surpresa: Bandeira foi, sempre, mesmo na condição de cidadão urbano que a vida lhe reservou, um camponês...

Era assim que eu o via. E, talvez por isso o entendesse. Todas as vezes que o via, nas redações de jornais onde trabalhamos juntos noites e dias, nas mesas das repartições públicas onde juntos servimos no serviço civil à Nação, eu via sempre um lavrador a extrair da terra os mais profundos sentimentos telúricos, como se se nutrisse dos elementos da natureza diretamente, próximo demais à terra, à água, ao ar e ao fogo e que, por equívoco e a contragosto, vivia na cidade.

Ontem mesmo, quando lia Fernando Pessoa, em um dos seus poemas de Alberto Caeiro, eu me lembrava de Bandeira, exatamente porque Pessoa dizia:

“Que pena que tenho dele. Ele era um camponês
Que andava preso em liberdade pela cidade.
Mas o modo como olhava para as casas,
E o modo como reparava nas ruas,
E a maneira como dava pelas cousas,
É o de quem olha para árvores,
E de quem desce os olhos pela estrada por onde vai andando
E anda a reparar nas flores que há pelos campos...
Por isso é que ele tinha aquela grande tristeza
Que ele nunca disse bem que tinha,
Mas andava na cidade como quem anda no campo
E triste como a esmagar flores em livros
E pôr plantas em jarros...”

Hortelão do poema, lavrador da inteligência, Tribuzi sempre teve entre as suas maiores preocupações o desenvolvimento econômico do Maranhão, através da agricultura, sobre a qual entendia que se haveriam de erigir as bases estáveis de uma sociedade democrática onde os homens do campo, socialmente promovidos, exerceriam o papel de construtores e beneficiários desse desenvolvimento.

É a obra desse talento invejável, de um homem que arrostou adversidades e enfrentou percalços, sofreu com dignidade humilhações inomináveis e propositadas injustiças, mas que sempre esteve, conscientemente, ao lado do povo, dos oprimidos e dos injustiçados do sistema social, que os maranhenses recebem, agora, pela graça da perseverança de sua diligente e apaixonada companheira — MARIA — e pelo descortínio do seu ex-aluno — José Augusto dos Reis — que hoje dirige a FIPES.

Espero que a semente lançada por Tribuzi, contida nas páginas deste livro de notas acadêmicas, caia em terreno fértil, brote, cresça e produza os frutos que ele desejara.

Particularmente, este livro pertence à juventude com a qual Bandeira Tribuzi sempre esteve identificado. Que os jovens todos bebam aqui os ensinamentos do mestre desaparecido, mas que permanecerá, pela imortalidade de suas obras, pela autenticidade e pela honestidade de seu caráter e de sua conduta, sempre presente, vivo, a indicar os caminhos na luta do povo pela superação do atraso, da miséria e da injustiça social.

São Luís, 27 de agosto de 1980

Joaquim Itapary Filho

“Estava destinado nos decretos da provi-
dência que o Maranhão seria sempre vítima de
usurpações alheias”.

Raimundo José de Sousa Gaioso
Compêndio histórico-político dos princí-
pios da lavoura do Maranhão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1 – FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO	
1.1 – Período Colonial	11
1.2 – Período Imperial	17
1.3 – Século Vinte	24
1.4 – Evolução recente da economia estadual	32
1.5 – O último decênio	38
2 – UM PROJETO PARA O MARANHÃO	
2.1 – Considerações gerais	40
2.1.1 – Modelo maximizador dos efeitos econômicos elevando a produtividade dos fatores, com ênfase para o capital sem preocupação com os custos sociais.	40
2.1.2 – Modelo de modernização relativa com aproveitamento mais racional dos fatores efetivamente disponíveis e ênfase para a difusão social dos benefícios da expansão econômica capaz de transferir o Estado da economia post-colonial para uma economia pré-capitalista.	41
2.2 – Um projeto para o Maranhão	53
2.3 – Observação final	59

1. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO

1.1 – Período Colonial

Portugal implantou no século XVI um Império Colonial cuja dimensão ultrapassava seu efetivo poder de expansão e domínio. Estendia-se o Império Português pelas costas ocidental e oriental da África até o Oceano Índico e pela costa oriental da América do Sul. A metrópole portuguesa não ultrapassaria de muito, em população, um milhão de habitantes; a estrutura social ainda era, em grande medida, semi-feudal; a estrutura econômica e política tinha características mercantis – salvacionistas (1). O esforço de domínio dessa vastidão determinou sobremaneira o modelo de colonialismo português que não poderia, por aquelas contingências, de forma alguma, evoluir no sentido das transmigrações inglesas dos séculos XVIII e XIX, que possibilitaram o surgimento dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul – de que resultaram países desenvolvidos, como consequência da transferência de massas populacionais de nível civilizacional elevado que foram atuar com seu capital e tecnologia sobre áreas virgens de grande potencial de recursos naturais.

As condicionantes, acima descritas, conduziram a que o imperialismo colonial português se desenvolvesse, no primeiro século, fundamentalmente pela pilhagem das terras do Oceano Índico – através do domínio militar das áreas estratégicas dos grandes empórios comerciais marítimos daquela Região. A preferência por este tipo de ação colonial – militar, resultou de que a Região era habitada por povos cuja estrutura econômico-social já permitia a produção de bens de alto valor no mercado europeu (tecidos, especiarias, metais preciosos), não produzidos no restante do Império, cujos povos se encontravam (indígenas americanos e africanos) em estágios civilizacionais historicamente primitivos.

(1) RIBEIRO, Darcy

O autor omitiu a referência completa da fonte (Nota do Editor).

Sobre estas áreas, o domínio português se fez presente, no quinhentismo, apenas pela instalação — em alguns pontos costeiros estratégicos — de fortalezas e de empórios que, por se constituírem afirmação de domínio, permitiam a redução do ônus financeiro através do escambo, por meio do qual o dominador obtinha em trocas de alta favorabilidade, como, no caso do Brasil, o Pau-Brasil e outras especiarias de bom valor na Europa.

O Maranhão, contudo, só veio a ser integrado, de fato, a esta forma de dominação colonial, a partir do século XVII, depois que os franceses, no objetivo de criar a França Equinocial, fundaram São Luís e tentaram montar seu escambo com os indígenas. Visando a assegurar o seu domínio na América Latina, os portugueses dividiram a área em dois Estados, o do Brasil com sede em Salvador — e o Maranhão, o que pode induzir a falsa crença de que a partir de então (1624) * houvesse a determinação efetivada de ocupar economicamente o Norte do Brasil. A verdade é que, mesmo como cabeça de um dos Estados coloniais da América Latina Portuguesa, o Maranhão pouco evoluiu durante o século XVII. Inicialmente, apenas os portugueses substituíram os franceses na fortaleza-feitoria de São Luís, e ao longo do século, além da tropa e de algumas dezenas de casais de açorianos, apenas se instalaram poucos engenhos no vale do Itapecuru, utilizando a mão-de-obra do indígena escravizado; apenas merece maior destaque a atividade econômica dos Jesuítas, com sua "escravidão branca" dos indígenas. Mesmo a rápida ocupação dos holandeses, talvez por ser rápida, não logrou deixar marcas de sua passagem.

A atividade econômica maranhense no século XVII evoluiu, assim, de forma extremamente precária e em sentido quase autárquico (basta citar que houve anos em que nenhum navio aportou a São Luís), malogrando por completo a tentativa de incitá-la através da criação da primeira Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, contra cujo monopólio Bequimão liderou a revolta de 1684. Além da coleta de alguns produtos extrativos, a atividade econômica cifra-se na produção de açúcar e aguarden-

O Estado do Maranhão, no período colonial, foi criado pela Carta Régia de 13 de junho de 1621, entretanto o primeiro governador só chegou a São Luís em 7 de julho de 1626 (Nota do Editor)

AM.F.
te de cana e mandioca; e na pecuária bovina, cujo efetivo, em 1750, ultrapassa a população incorporada ao domínio português.

Este débil desempenho da economia maranhense no século XVII deve-se, em grande medida, à escassez de mão-de-obra economicamente ativa: 240 casais de brancos açorianos e alguns milhares de indígenas em escravidão, contra o peso do contingente não produtivo de administradores coloniais e tropa. Assim, o Estado do Maranhão mal supria as necessidades básicas da população, o que não impediu que a Corte metropolitana ainda encontrasse meios tributários de sangrá-la.

O ciclo canavieiro, que possibilitou a primeira atividade econômica do Estado do Brasil, não teve, pois, reflexos maiores no Maranhão.

E o início do século XVIII não introduziu um panorama significativamente novo na estrutura econômica do Norte brasileiro que não fosse o moderado crescimento dos setores de atividade já descritos. Tal situação se agrava com o término legal da escravidão indígena. Para que se tenha nítida visão da incipiência da economia maranhense nos séculos XVI, XVII e metade do século XVIII, basta referir que só em 1724 (*) foi introduzido o curso da moeda metálica no Maranhão. Até essa data a moeda-de-referência utilizada legalmente eram os panos tecidos (2).

Na verdade, o Maranhão só passa a constituir-se realidade econômica ponderável, no contexto colonial português, quando o Marquês de Pombal decide criar condições objetivas de expansão, através da segunda Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujo monopólio mercantil era condicionado a rígidas exigências de suprimento de mão-de-obra escrava, implementos e insumos agrícolas e crédito aos produtores. Contingenciada de forma altamente positiva pela expansão da nova fronteira, com incorporação de terras de maior produtividade (graças ao rápido aumento da escravaria negra), e pela ênfase ao cultivo do algodão,

(*) Sobre esta data discordam os autores Cesar Augusto Marques, Pedro Otávio Carneiro da Cunha, Arthur Cezar Ferreira Reis que citam o ano 1749 (Nota do Editor)

(2) VIVEIROS, Jerônimo. História do comércio do Maranhão. São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 1, p. 64

no momento em que a Independência dos Estados Unidos da América do Norte, e conseqüente rompimento do novo País com a Inglaterra, abriram o mercado ao algodão do Brasil, a produção agrícola maranhense expande-se de forma vigorosa por toda a última metade do século XVIII e decênios iniciais do século XIX.

Os dados da exportação confirmam esse rápido incremento da mão-de-obra escrava e da produção, no período:

TABELA 01
EXPORTAÇÃO PARA LISBOA
1759 – 1821

ANO	EXPORTAÇÃO (toneladas)	
	ALGODÃO	ARROZ
1759	10	
1766	...	43
1771	61	...
1772	...	974
1774	...	1.544
1798	952	...
1819	...	5.400
1821	3.392	...

Fonte – Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão

No ano da Independência, a escravaria alcançava o total de 84.629 cativos para 2.683 proprietários rurais e possibilitava uma produção avaliada por Pereira do Lago em 1.891:271\$846, cujos principais itens eram: 3.391 toneladas de algodão em pluma; e 6.000 toneladas de arroz, estimativa que consideramos fortemente subestimada (3).

Merece também ressaltar-se que a Pecuária apresentava, já em 1822, números expressivos evidenciando a favorabilidade do ambiente, o que permitia assegurar o abastecimento de carne e, em parcela ponderável, a exportação de couros (em bruto e preparados). E, além de ter aumentado nas fazendas do Itapecuru-Mirim e Alcântara, a partir de 1718 se ampliara no Sertão, como uma ex-

(3) Considerando o nível das exportações médias anuais do período, estimamos o valor da produção em mais de 3.000:000\$000.

pansão da pecuária baiana e pernambucana, contando-se mais de 120 fazendas na Região capitaneada por Pastos Bons e Carolina.

Os preços flutuam por vezes tortemente — mas no longo prazo a conjuntura é favorável. São Luís ganha nova dimensão até situar-se como 4a. cidade brasileira em população e, quando a Corte Portuguesa se transfere ao Brasil, a Província do Maranhão já fornece ao Tesouro Real mais tributos do que o resto do Império, excetuadas as províncias brasileiras.

Cumpra, porém, ressaltar alguns aspectos desse “boom” econômico colonial maranhense, que nele trazem implícitas as raízes de sua própria ruína:

- o crescimento da economia se fazia comandado “de fora” e “para fora” (era dirigido pelo monopólio da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e visava criar excedentes exportáveis para o Reino de Portugal, onde a CGC GPM multiplicava seus lucros na reexportação);
- o sistema escravista impediu o surgimento de um mercado interno significativo — (a composição da população em 1822 era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos).

TABELA — 2
MARANHÃO — 1822
HIPÓTESE DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

CONDIÇÃO SOCIAL POPULAÇÃO	POPULAÇÃO		RENDA		RENDA POR HABITANTE £
	Habitante	%	£	%	
LIVRES	<u>85.000</u>	<u>49,0</u>	<u>610.000</u>	<u>87,00</u>	<u>7</u>
Proprietários	12.500	0,7	392.500	56,0	81
Não Proprietários	72.500	48,3	217.500	31,0	3
ESCRAVOS	<u>90.000</u>	<u>51,0</u>	<u>90.000</u>	<u>13,0</u>	<u>1</u>
Total	175.000	100,0	700.000	100,0	4

- a exclusão de 2/3 da população dos direitos da gente livre e a alta concentração da renda da população livre, (a vida econômica girava em torno de poucas centenas de famílias que monopolizavam a terra e os escravos), permitiam criar maciços excedentes exportáveis dos produtos de demanda externa forte e condicionava o modelo monocultor; do mesmo passo que transferia a quase totalidade da renda gera-

da para a metrópole e impedia a diversificação da economia e a criação de uma infra-estrutura social. (4)

TABELA – 03
MARANHÃO – 1803
MAPA DA POPULAÇÃO DE RIBEIRA DE ITAPECURU

POPULAÇÃO	Nº DE HABITANTES
<u>LIVRES</u>	<u>1.825</u>
Administradores	4
Clero Secular	10
Agricultores	306
Feitores	102
Negociantes	26
Artesãos (mestres)	23
Marinheiros	10
Mendigos	44
Mulheres	295
Filhos	1.005
<u>ESCRAVOS</u>	<u>12.375</u>
Masculino	6.600
Escravas	5.775
TOTAL	14.200

Fonte – Compêndio histórico - político dos princípios da lavoura do Maranhão

- entre os fatores de transferência de renda à metrópole, tinham peso também os fretes. O transporte de uma arrpba de algodão (cujo preço no Maranhão variou de 2\$800 a 7\$200) para a metrópole custava \$800;
- as proibições metropolitanas impediam qualquer potencial de atividade econômica que não fosse a produção agrícola (ou agro-indústria rudimentar) e o comércio varejista

(4) "Dahi procede que o tráfico interior da Capitania, à excepção da venda dos efeitos territoriais, e o comércio com as capitánias vizinhas, e com a Europa, se achão em geral somente em mãos dos negociantes ou comissários vindos dela, que bem recompensados ficam com as riquezas imensas que acumulão, em quanto os nacionais, e aqueles, ainda mesmo do reino, que não tem meios para se interessar no comércio, são huns meios disfructadores de huma pequena parte do produto de sua lavoura (GAIO-SO, Raimundo José de Sousa. Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão. São Luís, Livros do Mundo Inteiro, 1970. p. 117)

M.S.

(o grossista era o monopólio da Companhia) com o que se manteve rudimentar o sistema produtivo.

— o sistema escravista propiciava adicional fluxo de exaustão da renda gerada no Maranhão de vez que eram os negros adquiridos obrigatoriamente da Companhia portuguesa, como instrumentos de trabalho.

Em síntese: explorada da metrópole, a economia maranhense, posto que expansiva de 1756 à abertura dos portos (1808), sofreu todos os danos inflingidos às economias periféricas pelo imperialismo da fase mercantil, inclusive a elevada vulnerabilidade a nível de preços e mercados para sua produção tendente à monocultura. E o florescimento algodoeiro canalizou para Portugal volume considerável de rendas, no Maranhão deixando, apenas, a marca arquitetonicamente apreciável, mas economicamente pouco significativa, da área colonial de São Luís e Alcântara.

Deve ainda ressaltar-se que, até o ano de 1808, o "boom" algodoeiro maranhense sofreu o "atravessamento" comercial português, posto que não era permitido o comércio nas colônias com países estrangeiros. Gaioso denuncia a depressão imposta aos preços pagos aos produtores maranhenses, mesmo pelos importadores estrangeiros, que não correspondiam às cotações do produto na Inglaterra, agravada pela cobrança fixa do imposto de 600 réis por arroba e não "ad-valorem". Parece que a liberdade comercial só produziu, no Maranhão, os efeitos esperados, a partir de 1815, quando, por período de 5 anos, os preços do algodão se elevam a 10\$000 a arroba. A expansão econômica do período 1756-1820, que evidenciava a viabilidade de desenvolver-se uma economia no trópico úmido, fez-se a taxas de crescimento realmente espetaculares e possibilitadas pelo ingresso de massas de trabalhadores escravos, cuja força de trabalho era intensivamente explorada, pela ampla disponibilidade de terra (a densidade populacional, em 1822, mal alcançava 0,5 hab/Km²) acessível, graças à navegabilidade dos grandes rios convergentes ao Porto da Capital.

1.2 — Período Imperial

O processo econômico do Império no Maranhão não sofreu

até quase o final do século XIX, mudanças qualitativas importantes. Continuou a basear-se na expansão quantitativa da massa de mão-de-obra escrava, na ampla disponibilidade de terra e, posto que o monopólio comercial português da exportação tivesse cessado e, conseqüentemente, a margem de apropriação local sobre a renda gerada tenha crescido, a produção, pelo mecanismo escravista, continuava a ser definida "de fora"; condição que lhe tornava altamente vulnerável a contingências internacionais de preços, a que, bem ou mal, procurava ajustar-se, sem conseguir, contudo, livrar-se de seus efeitos negativos.

Baseada na força de trabalho escravo, a produção veio a ter um fortíssimo freio com a proibição imperial inglesa do tráfico de escravos, em 1850, quando o incremento da massa de população trabalhadora rural passou a depender das precárias taxas de sobrevivência e de reprodução da escravaria, o que significava, por todos os modos, uma drástica queda no ritmo de ingresso de força-de-trabalho, em relação à época em que se adquiria o escravo adulto, imediatamente incorporado à produção.

Assim, o algodão, principal produto da Província, atinge um pique de produção em 1854 (387.004 arrobas – ou 5.805 toneladas de algodão em pluma), declina nos anos subseqüentes, e só em 1869 volta a superar aquele pique (397.344 arrobas), estimulado por uma grande alta de preço provocada pelas guerras internas nos Estados Unidos e pela guerra Brasil-Paraguai (5).

A estagnação dos preços do algodão, em contraposição aos custos crescentes da escravaria (um escravo custava a essa altura mais de 1:500\$000 em decorrência da cessação do tráfico em 1850 e de crescente demanda do Centro-Sul, onde se expandia o ciclo cafeeiro), levou os produtores maranhenses a reorientarem sua atividade para o açúcar, que, pelo período de trinta anos manteve

(5) O preço por arroba tem a seguinte evolução:

PARÁ: 1780-4-6\$000; 1782-7\$500 a 18\$500; 1784-4\$800 a 5\$000; 1789-4 a 6\$000; 1794-4-4\$500; 1799-7\$000; 1800-7\$200; 1810-4\$800; 1812-3\$200; 1815-4\$400; 1817-6\$000; 1818-8\$735; 1836-52-4\$362; 1852-62-6\$130; 1865-30\$000;

MARANHÃO: 1818-19-10\$000; 1820-6\$000; 1864-28\$000; 1870-13\$000.

elevados níveis de produção. Fran Pacheco descreve a curva desse ciclo açucareiro de curta duração com os seguintes dados:

TABELA – 04

ANOS	EXPORTAÇÃO (Kg)
1857 – 1870	2.022.406 (média anual)
1875	6.900.000
1880	8.480.000
1882	16.114.208
1917	1.000.000
1921	

O ciclo atinge seu fastígio em 1882, quando, estimulada pelos bons resultados e pela escassez de mão-de-obra (o Maranhão já se transformara em exportador de escravos), parcela do empresariado se decide pela drástica modernização dos engenhos, criando gigantescas unidades agro-industriais, às custas de pesados endividamentos, e que logo resultaram em retumbantes fracassos, devido aos ônus financeiros. O maior dos empreendimentos – o Engenho Central de São Pedro – sucumbiu às poucas safras.

A este fracasso somar-se-ia, para desestímulo da produção, em 1888, a libertação dos escravos, que não poderia deixar de ter efeitos ruinosos para um sistema em que o trabalho era essencialmente um custo semi-fixo (a compra do escravo, que além de produzir para o seu proprietário produtos mercantis, ainda era o responsável pelas culturas de sua subsistência ao nível da precária sobrevivência). Faltou, para possibilitar uma transição menos drástica, o afluxo de crédito compensatório a permitir aos produtores absorver o impacto.

Deve também ressaltar-se que outro fator limitante da produção – o sistema de transporte fluvial – dificultava a ocupação de terras virgens, na medida em que o sistema primitivo de derrubada e queima reduzia a fertilidade das terras vizinhas aos rios, e obrigava a penetração a distâncias cada vez maiores que oneravam e dificultavam o transporte.

Daf que a proposição inicial da ferrovia para o Maranhão — a Transtocantina — tivesse um traçado aproximado ao da atual rodovia São Luís — Porto Franco, com o que se pretendia alargar a fronteira agrícola, possibilitando o acesso e assegurando transporte barato, numa vasta região a incorporar ao processo produtivo.

Ao longo do século, a produção agro-industrial evoluíra moderadamente, embora sempre vulnerável às flutuações dos preços externos.

Outra tendência foi a de constituir-se um empresariado rural-mercantil com forte propensão a padrões de vida suntuária (6), despreocupado em absorver as inovações tecnológicas internacionais, como bem observava, em 1882, o Relatório da Associação Comercial.

“O algodão e o açúcar encontram nos mercados europeus formidáveis competidores e, com pesar o dizemos, perdemos sempre quando entramos em confrontação. O próprio algodão, cuja qualidade talvez só encontre superior no célebre “sea island”, é, em geral, tão mal preparado que sua cotação fica a par, e não raro cede à de outros que lhe são inferiores quanto à natureza do produto”.

A verdade é que o modelo econômico latifundiário escravista, ao longo do século XIX, percorreu seu caminho a desdobrar suas próprias consequências: livre da intermediação da metrópole colonial, criou riqueza malgrado os tropeços e suas próprias deficiências para enfrentar o mercado internacional competitivo; mas a estrutura altamente concentrada da renda e o monopólio do trabalho escravo ordenavam a produção para a monocultura; mantinham a tecnologia produtiva em níveis primitivos, resultando na qualidade inferior dos produtos de exportação; criavam uma propensão ao consumo ostentatório com que se delapidavam as receitas de exportação, apesar da permanência do estreitíssimo perfil quantitativo da demanda diversificada, o que, impedindo a

(6) O Senhor de engenho “era uma classe nova, que aparecia no meio rural da Província. Envaidecida, adquiria hábitos de opulência, ficava um tanto perdulária”. (VIVEIROS, Jerônimo. Op. cit., p. 205)

constituição de um mercado provincial, compelia por sua vez à manutenção da monocultura e dependência do mercado externo.

As deficiências do próprio modelo da economia provincial somaram-se, para inibir-lhe a consecução de resultados mais positivos: a ineficiência do Poder Público local — misto de filosofia liberalista e da própria restrição de meios legais e financeiros (7); a indiferença do Governo Imperial cujas atenções crescentemente se voltaram para os interesses da Região cafeeira; os efeitos da política monetária, creditícia e cambial, voltada para o benefício das Regiões e setores produtivos de dinamismo mais recente; a falta de uma decisão nacional integradora — o modelo brasileiro continuava sendo voltado para fora (8).

Em seus Relatórios anuais, a Associação Comercial profli-gava ao Governo Geral “o ferrenho jugo centralizador que nos oprime”, “as estranhas anomalias no sistema econômico adotado no País”, “a pasmosa irregularidade das mudanças de câmbio do país” (9). E ainda: “Não há comerciante, por mais perspicaz que seja, não há economista, por mais versado nas leis que regem estas matérias, que possa prever o estado do câmbio em certa época, e não há ninguém que muitas vezes não seja tomado de surpresa

(7) “Em 1873 a firma Azevedo Almeida e Cia. tinha um capital equivalente a 2/3 da Receita do Tesouro Provincial e o seu giro comercial (876:526\$963) superava de muito aquela mesma receita (1633:000\$000) (VIVEIROS, Jerônimo. História do Comércio do Maranhão. São Luís. Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 2, p. 330,424)

(8) “Impassíveis, os poderes públicos viam avançar a tremenda hecatombe... Faltou ao Maranhão, nessa hora trágica da sua vida econômica, o espírito clarividente de um Alexandre Barbosa Lima, que fez ressurgir a lavoura canavieira pernambucana, quando lhe bateu às portas este mesmo cataclisma”. (Ib. Ibid., p 557-8)

(9) “Se não cabe a estes homens o desastre da baixa da taxa cambial de 24 para 12, fato imprevisível e que ocasionou o pagamento da maquinaria fabril do dobro da quantia orçada, cabe-lhe, sem dúvida, o erro de planejamento de um parque industrial no valor de Cr\$ 20.000.000,00 evidentemente acima das nossas possibilidades financeiras, o que veio criar novas obrigações às Companhias recém-formadas, quer sob a forma de empréstimos bancários, quer sob a forma de debêntures. Dessa solução irrefletida e sobremaneira errônea, resultou, como é bem de ver, o agravamento da crise”. (VIVEIROS, Jerônimo, História do Comércio do Maranhão, São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 1954, v. 3 p. 7)

por uma alta ou baixa para a qual não encontra explicação natural”.

Ora, esta explicação só poderia ser encontrada na lógica imposta pelas vicissitudes da cafeicultura e do endividamento externo nacional, e não nas conveniências da economia maranhense.

Se, por outro lado, o Sul se acautelara contra a escassez do braço escravo com estímulo à imigração européia, favorecida pelo processo de modernização econômica liberador de mão-de-obra do Velho Continente, o Maranhão, a despeito de ter sido o problema migratório objeto do interesse público, não conseguia, por motivos de ordem climática e econômica, beneficiar-se daquele fluxo. Antes, via sua força de trabalho escravo reduzir-se pela venda a outras Províncias, que podiam pagar os elevados preços da escravaria, após cessar o tráfico (1850).

Não surpreende, pois, que nesta Província a libertação do escravo tenha resultado numa desordem do sistema produtivo agrário, baseado no escravismo e que, ao nível de pobreza tecnológica em que se encontrava, só de seu baixo custo de manutenção poderia auferir lucros. Segundo Viveiros, 70% dos engenhos e 30% das fazendas cessaram suas atividades após 1888. (10)

Liberto, o escravo abandonou as fazendas em grande proporção, e só muito lentamente cumpriu a expectativa otimista dos antigos proprietários de que voltaria a incorporar-se à produção, apenas mudando de engenho ou fazenda.

Em risco a empresa rural que baseara secularmente o processo produtivo maranhense, os empresários comerciais e rurais que conseguiram salvar capital na débâcle voltaram suas expectativas para a Indústria, em surto no Sul do País. Tem-se então início o que Viveiros classificou de “vertigem das fábricas”, a “loucura da época — transformar o Maranhão Agrícola em Maranhão Industrial” (11), que duraria até 1895, “quando se esgotaram todas as possibilidades financeiras de nossa terra” (12). A vertigem mobilizou investimentos de 20 mil contos, atraiu 11 mil contos de pou-

(10) VIVEIROS, Jerônimo. Op. cit., v. 2, p. 557

(11) VIVEIROS, Jerônimo. Op. cit., v. 2, p. 558

(12) VIVEIROS, Jerônimo. Op. cit., v. 2, p. 558

QNT

pança rural e traduziu-se no seguinte parque industrial: 10 indústrias de fiação e tecidos, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de Cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de cerâmica, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão, 2 de açúcar e aguardente, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados.

A Sociedade Anônima fez-se presente pela primeira vez na economia maranhense. Dez daquelas Indústrias eram assim constituídas. O sistema desacreditou-se rapidamente, vitimadas as empresas por irregularidades administrativas e pela desvalorização do milréis — os maquinismos custaram o dobro do que tinham sido orçados. As dificuldades daí decorrentes obrigaram a venda das empresas a terceiros, com prejuízo total dos acionistas minoritários.

Para alguns analistas, a decadência agrícola do Maranhão resultou menos da circunstancial desorganização da Abolição do que do "desânimo" que se apoderou da classe fazendeira-escravista. Na verdade, a Abolição, transformação radical nas relações de trabalho, encontrou despreparados para a mudança senhores e escravos. Estes por condenação sub-cultural; aqueles por hábito de considerar o escravo como instrumento inconsciente da produção, ao nível da sobrevivência de tão baixo custo de manutenção que permitia lucros satisfatórios mesmo com atraso tecnológico.

E, assim, deixou o Maranhão de beneficiar-se do "encilhamento" republicano que, ao desvalorizar o milréis, propiciava altas substanciais de preço às mercadorias de exportação internacional, no caso maranhense notadamente o algodão e o açúcar, como beneficiou os exportadores do café; e também não se beneficiariam dessa proteção cambial as manufaturas locais.

A convergência, no tempo, da decadência rural maranhense com o apogeu do ciclo Amazônico da Borracha, contribuiu para esvaziar mais ainda a força de trabalho do Estado, que, em parcelas significativas, emigrou para a Amazônia.

Na decadência agrícola e na vertigem industrial, o Maranhão atravessou o decênio da República e ultrapassou o século. (13).

Todas as vicissitudes descritas caracterizam a formação econômica do Estado — condicionante e condicionada pelo perfil social e cultural do escravismo — em modelo que, no período colonial, transferia à metrópole quase toda a riqueza criada (14) e, então, como posteriormente, acumulava fortemente a renda; não criava infra-estrutura; impedia a elevação da tecnologia da produção e a formação de um mercado interno significativo; condicionava o processo produtivo ao mercado externo (com a conseqüente propensão à monocultura), cujas exigências qualificativas não sabia, contudo, enfrentar; flutuava em ondas de prosperidade e depressão, à mercê das conjunturas externas.

Assim provavelmente, a maior massa de investimentos nos Setores Produtivos estava constituída pela escravaria, cuja libertação “empobreceu” drasticamente os fazendeiros, de vez que o escravo era, sob certos aspectos, capital fixo de depreciação a médio prazo (pelas condições em que era mantido, o escravo não tinha vida útil superior a 20 anos). A vertigem industrial (15) maranhense — que até certo ponto refletia um clima industrialista do centro econômico do País — foi a opção encontrada pelo empresariado local para vencer a crise.

(13) Talvez um bom retrato sintético da decadência maranhense possa ser o que escreveu Manuel Bittencourt, seu contemporâneo: “As outras causas são fáceis de explicar-se desde que se souber que o serviço de cultura da terra esteve até pouco tempo entregue a escravos africanos, e que os chamados Lavradores não tinham a menor noção do que era agricultura”. (VIVEIROS, Jerônimo. Op. cit., v.3, p.2)

“Não se renovaram os instrumentos aratórios, nem se expandiram as inteligências. A terra continuou a trabalhar-se, pelos ronceiros processos de há séculos e as casas de ensino conservavam-se as mesmas, usando os mesmíssimos métodos. Parou-se. Retrocedeu-se” (PACHECO, Fran. Geografia do Maranhão. p. 222)

(14) Uma arroba de algodão negociada ao preço médio de 5\$500 pagava \$600 de taxa ao Tesouro Imperial e \$800 aos transportadores portugueses, além do lucro na intermediação com a Inglaterra.

(15) “Em 1895 ocupava o primeiro lugar entre os Estados (industriais) o de Minas Gerais, com 37 fábricas, e o segundo, Maranhão, com 16. Estávamos acima da Capital Federal, do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, que tinham, respectivamente, 15, 14, 12 e 10”.

(VIVEIROS, Jerônimo. Op. cit., v.3, p. 49)

Hiperdimensionado no setor têxtil, em relação à efetiva capacidade financeira provincial, e em outros setores circunscritos pela estreiteza do mercado local e a falta de barreiras protecionistas contra a concorrência nacional e internacional, o esforço industrial maranhense foi também vitimado pelas incoerências cambiais e financeiras do País, cuja política econômica era de crescente obsessão pela proteção aos interesses da cafeicultura, que nutria o Brasil de divisas internacionais para alimentar as pesadas importações requeridas pela pequena diversificação da produção nacional e as onerosas exigências da dívida externa.

Com todos os percalços de uma Agricultura em crise grave — e uma vez mais reduzida à rigidez monocultora do algodão, pelo fracasso da tentativa Agro-Industrial do açúcar, de tão curta duração — e de uma indústria que representava esforço superior à sua real capacidade financeira, o Maranhão ingressou no século XX sem boas perspectivas. A extensividade primitiva de sua pecuária, a desorganização rural e a persistência da monocultura algodoeira não permitiram sequer que se ampliasse a incipiente integração à economia nacional, o que poderia perfeitamente ter ocorrido através do suprimento de carne e cereais de que aquela esteve fortemente carente no período 1901-1905 (Ver Tabela 05)

Tudo indica que o desenvolvimento da estrutura rural maranhense, por não ter recebido o influxo da migração européia que condicionou, no Sul, o surgimento da pequena e média propriedade familiar — notadamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, — tenha sido para um modelo semifeudal, mantida a estrutura que monopolizava a área única então acessível ao transporte de posse da grande propriedade e do trabalho rural de baixa qualificação, condicionada pela herança escravista, com a remuneração deprimida pelo sistema do foro espoliativo, circunstâncias que a haveriam de conduzir à predominância, ao lado da monocultura dominante, de cultura de subsistência restrita, minimizadora da produção para mercado; o que se evidencia pelo crescente desequilíbrio, ao longo das primeiras 2 décadas do século, da balança comercial maranhense (Ver Tabela 06). Os latifundiários que se mantiveram em atividade econômica continuaram a ater-se à pecuária extensiva e/ou à produção do algodão (incorporando sazonalmente a mão-de-obra dos próprios foreiros de suas terras e não criando a forma de assalariamento rural) acrescida, apenas a partir da Primeira Guerra Mundial, da comercialização das amêndoas de babaçu, cuja coleta

era paga sob forma de participação do lavrador, quando esta oleaginosas ganhou valor econômico por força da contingência internacional. Dos produtos de subsistência da pequena lavoura feudalizada, apenas a mandioca cresceu de forma razoável, provavelmente por ser o único cultivo que mantém níveis de produtividade aceitáveis mesmo em terras cansadas, como eram aquelas a que o pequeno lavrador tinha acesso.

Fatores de reativação econômica ponderável, do período das duas primeiras décadas até o Centenário da Independência, foram, sem dúvida, o aproveitamento do babaçu e o incremento da demanda e dos preços internacionais do algodão e dos tecidos da indústria local, condicionados pela I Guerra Mundial. O ciclo revitalizador foi suficiente para reequilibrar as finanças empresariais e públicas, vivendo o Estado alguns anos de otimismo, graças, sobretudo, às cotações internacionais de produtos como algodão, couros, babaçu e tecidos. A balança comercial passou aos saldos levemente positivos, superando um déficit que advinha do final do século XIX.

Mas, apesar das circunstâncias favoráveis do período de Guerra Mundial (16), cem anos depois da Independência, a estrutura produtiva do Maranhão, a despeito do peso alcançado pela produção industrial, não evoluíra satisfatoriamente, e a Província que, no começo do século XIX, era das mais prósperas do Brasil colônia, já assumiu modesta posição, mesmo em relação a um Nordeste que perdera a condição de capitanear a economia brasileira.

Ultrapassada a breve euforia do período da I Grande Guerra e anos subsequentes, e normalizados os preços dos produtos que o conflito tornara escassos, verifica-se que do surto resultara apenas

(16) "A primeira Grande Guerra, produzindo na Europa a escassez de produção, ocasionou a alta de preços dos produtos brasileiros e conseqüentemente, do Maranhão.

A tonelada de algodão, que era o principal produto da nossa exportação, galgou de 922\$000 em 1913 a 1.050\$000 em 1915, a 2.214\$000 em 1916, a 2.540\$000 em 1917, a 3.739\$000 em 1918. Era uma alta galopante que chegou a 5.200\$000

.....
as possibilidades econômicas acima referidas julgariam a crise de 1889, permitindo à praça de São Luís recuperar-se. ... O Interior nadava em dinheiro... Do boi-cavalo o çabóclo passou ao cavalo de sela, cujo "suador" lavava com vinho do Porto marca Santo Antonio, de preço de 5\$000 a garrafa. Era a volúpia da dissipação" (VIVEIROS, Jerônimo. Op. cit., v.3, p. 218,220)

uma euforia de preços, conjuntural, e que não tendo sido provocadas alterações na estrutura produtiva, demonstrando sua total dependência do mercado externo, a economia logo se acomodou, no período que vai de 1925 a 1935, em taxas medíocres de expansão, com trânsito pelo sub-período 1929—33, afetado pela crise mundial.

Só nos últimos anos da década de 1930 e, sobretudo, durante a II Guerra Mundial, circunstâncias externas voltam a reanimar relativamente a Economia Maranhense, graças ao incremento da demanda do algodão, dos tecidos e do babaçu, repetindo-se o surto de 1917 — 1923, pelas mesmas circunstâncias, e beneficiando o Estado pela valorização dos mesmos produtos. Confirma-se, desse modo, que, nesses 20 anos, o perfil da economia do Estado continuou o mesmo e que os restritos incrementos do volume físico da produção refletiam apenas o crescimento vegetativo da população, com taxas de produtividade da mão-de-obra declinantes, com a decrescente produtividade dos solos e a restrita área de produção por deficiência da infra-estrutura de transporte ao nível da tecnologia produtiva utilizada, primitiva.

Cessado o conflito e a contingência favorável de preços internacionais, a economia refluí aos níveis medíocres até a década de 1950, enquanto vai-se acentuando a decomposição do parque têxtil pela queda de qualidade da produção algodoeira e, sobretudo, pela ineficiência tecnológica e econômica dos equipamentos (os mesmos implantados na década de 1890) que o empresariado mantivera obsoletos apesar da circunstância favorável das duas guerras, preferindo aplicar os vultosos lucros daquele período em inversões imobiliárias no Sul do País.

Ao aproximar-se a década de 1950, começa a ter alguma significação o incremento da produção agrícola mais diversificada, notadamente de cereais, condicionado em boa medida pelo avolumar da tradicional corrente de imigração nordestina, que não chega a níveis mais ponderáveis pelo mau condicionamento da infra-estrutura viária que limita a expansão da área produtiva, apesar de dispor o Estado de um estoque excepcional, no Nordeste, de mais de 15.000.000 de hectares de terras virgens devolutas.

E, na realidade, o horizonte econômico do Estado só se modifica significativamente quando a decisão federal de interligação rodoviária de todas as Regiões do País corta, ao final da década de 1950, o espaço maranhense, rumo a Belém e à Amazônia interior,

com rodovias que, do mesmo passo: ampliam a integração econômica Maranhão — Nordeste/Resto do Brasil; facilitam a imigração nordestina; e tornam acessível à mão-de-obra rural a ocupação produtiva de uma vasta nova fronteira de terras devolutas.

Nestas terras, o produtor do Maranhão encontra, pela primeira vez, condições de liberdade relativa de produção, sem o ônus feudalizante do foro e da venda da produção a preços deprimidos que caracterizam as relações com o latifúndio; enquanto o sistema rodoviário multiplica os pólos de comercialização no Interior do Estado e quebra o oligopólio-oligopsônio da Praia Grande. Começa aqui um capítulo novo da história da Economia maranhense.

Aguiro BA

TABELA 05
BRASIL – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
 (Médias Anuais)

GÊNERO	1901/5		1906/10		1911/15		1916/20	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
Arroz	383.451	220	86.760	181	48.019	144	758	236.655
Feijão	34.301	144	38.165	282	32.698	360	1.829	291.753
Milho	38.696	9.748	46.798	21	22.625	488	10.907	51.065
Charque	260.778	338	169.969	2.060	70.075	1.061	9.101	29.253
Batata	107.913	—	103.885	3	104.355	9	14.812	11.168
Trigo	840.862	—	1.314.056	—	1.905.898	—	1.506.626	—

FONTE – Política do Governo e crescimento da Economia Brasileira – 1859 – 1945 – IPEA

TABELA - 06

BALANÇA COMERCIAL DO MARANHÃO - 1812 - 1952
VALOR (mil réis)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1812	1.069.951	1.273.119	- 203.168
1813	1.645.795	1.444.927	200.878
1814	1.794.262	1.824.848	- 29.586
1815	2.076.738	1.824.848	251.890
1816	3.431.650	2.241.345	1.190.305
1817	3.548.862	3.681.451	- 32.589
1818	3.669.687	3.441.828	227.859
1819	2.512.425	2.983.022	- 470.597
1820	22.237.396	1.885.250	352.146
1840 - 49 (m)	1.634.000
1849 - 51 (m)	2.448.606	2.227.918	220.688
1852 - 54 (m)	2.519.466	1.858.920	660.546
1854 - 55	2.910.000	3.023.000	- 113.000
1863 - 64	8.542.000	6.453.000	2.089.000
1871 - 74	15.903.802	16.546.462	- 642.660
1911	10.947.991	17.705.000	6.757.009
1912	10.802.577	17.711.000	6.908.423
1913	8.900.305	17.989.000	9.088.695
1914	6.229.565	14.704.000	8.474.435
1915 - 16 (m)	16.253.424
1917 - 18 (m)	27.108.557
1919	29.765.203
1920	25.280.129
1921	21.569.669	18.316.134	3.243.535
1922	30.609.982	27.000.000	3.609.982
1923	44.960.944
1924	38.800.000
1925	34.300.000
1926	30.900.000
1927	42.826.678	40.176.338	2.650.340
1928	48.828.756	40.010.219	8.818.537
1929	40.534.605
1930	31.954.468
1931	38.035.812
1932	46.023.896	30.570.000	15.453.896
1933	40.962.164	40.298.398	663.766
1934	43.546.542	43.422.921	123.621
1935	63.252.971	59.905.371	3.347.600
1937	98.000.000
1939	101.675.820
1945 (Cr\$)	240.014.912
1948 (Cr\$)	435.849.126	365.967.453	69.881.673
1952 (Cr\$)	742.391.277	617.911.381	124.379.896

(m) - média anual do período

M.T

TABELA - 07

POPULAÇÃO - 1823 - 1900

ANO	BRASIL	MARANHÃO	M/B %
1823	3.000.000	180.000	6,0
1850	8.000.000	350.000	4,2
1872	10.112.000	360.650	3,6
1900	17.438.000	499.308	2,8

TABELA - 08

COMÉRCIO EXTERIOR - 1821 - 1940

VALOR (mil réis)

ANO	BRASIL (média anual)	MARANHÃO	M/B %
1821 - 30 (m)	24.322.630	(m) 3.080.605 (1818 - 1822)	12,6
1851 - 60	90.054.300	(m) 7.247.000 (1863 - 1864)	8,6
1881 - 90	241.100.600	(m) 12.658.914 (1871 - 1874)	6,3
1921 - 30	327.971.440	18.255.228 (1921)	5,9
1931 - 40	419.786.560	17.137.261 (1935)	4,0

(m) média anual do período

TABELA - 09

SÉRIE HISTÓRICA DA PRODUÇÃO - 1641 - 1921

(Principais Produtos)

ANO	ALGODÃO (Arroba)	ARROZ (Alqueire)	AÇÚCAR (Kg)
1641	-	-	5.000
1760 - 69	9.270	-	(5.000)
1770 - 79	15.082	887 (1767-71)	(5.000)
1780 - 89	55.567	200.000	(5.000)
1790 - 99	108.026	...	(5.000)
1800 - 09	211.106	300.000	(5.000)
1810 - 19	316.921	360.000	(5.000)
(1812 - 21)	(319.352)	(377.889)	(6.255)
1849 - 59	(300.000)	181.566	1.500.000
1850 - 53	(300.000)	146.000	...

(continua)

			(continuação)
1854	387.004
1859 - 60	...	24.000	1.877.940
1862	188.593		(1857-70)
1867	301.272	(30.000)	1.877.940
1869	397.344	(30.000)	1.877.940
1874	206.212 (m)	(30.000)	1.877.940
1874	206.212(m)	(30.000)	6.000.000
1875	206.121	(40.000)	7.800.000
1876	206.121	(40.000)	7.900.000
1877	206.121	(40.000)	11.900.000
1878	206.121	(40.000)	11.200.000
1879	206.121	(40.000)	6.200.000
1880	206.121	(40.000)	8.000.000
1881	206.121	(40.000)	10.500.000
1882	206.121	(60.000)	14.500.000
1894	206.121	(60.000)	16.100.000
1895 - 1915	259.42 (m)	(60.000)	...
1900	227.000	-(150.000)	1.000.000
1921	533.000
		1.500.000	15.692

NOTA: Os dados entre parêntese são estimativos.

(m) média anual do período

TABELA - 10

ESTIMATIVA DA RENDA ESTADUAL E RENDA PER CAPITA - 1822 - 1950

ANO	RENDA £	POPULAÇÃO (habitantes)	RENDA POR HABITANTE £
1822	700.000	175.000	4,0
1851	778.000	350.000	2,2
1864	1.575.000	385.000	4,0
1871	695.000	430.000	1,6
1911	810.000	650.000	1,2
1922	1.818.000	875.000	2,0
1928	1.536.000	950.000	1,6
1935	1.500.000	1.000.000	1,5
1945	3.800.000	1.350.000	2,8
1950	6.000.000	1.500.000	4,0

1.4 - Evolução Recente da Economia Estadual

A análise do processo econômico maranhense dos últimos 30 anos evidencia a ocorrência de grandes transformações na estrutura agrária e substancial ganho da importância do Setor Primário, posto que essa transformação não tenha permitido a consolidação

de nova estrutura por ter ocorrido de forma espontânea e não ter sido acompanhada de providências institucionais de regularização da posse e uso da terra, ensejando que práticas de titulação fraudulenta frustassem, em grande medida, o modelo bastante conveniente de ocupação de terras virgens devolutas dinamizada pelo incremento do surto migratório a partir da década de 1950. Correntes migratórias interestaduais e infra-estaduais deslocaram para a mata, partindo da margem esquerda do rio Itapecuru para os vales dos rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Turi, o eixo principal da produção agrícola estadual, anteriormente localizados nos vales do Itapecuru e Parnaíba.

A despeito das restrições supervenientes, a ocupação da área de nova fronteira agrícola, em modelo predominante de pequena unidade familiar, propiciou a expansão significativa da produção da Lavoura, notadamente de cereais, e ensejou, pelo desmonte da mata, a expansão da área de cocais e, portanto, a produção extrativa de babaçu (o babaçual tende a expandir-se como sucessão florestal ao desmonte da mata).

No decurso do período, o Maranhão converteu-se em grande exportador de arroz, para o Norte, Nordeste e Centro-Sul (onde compete favoravelmente na faixa de consumidores de baixa renda), e de óleo/torta de babaçu.

A partir dos anos sessenta, expande-se também na retaguarda do avanço pioneiro dos desbravadores de mata uma pecuária bovina menos extensiva (e em boa proporção mesmo semi-intensiva) do que a anteriormente predominante no Estado, e aumenta o percentual de sangue indiano do rebanho, notadamente nas áreas do Mearim e Tocantins.

Se a ocupação de terras novas propiciada pela abertura dos grandes eixos rodoviários federais no estado e concomitante incremento da força de trabalho rural, por imigração, possibilitaram uma substancial modificação da estrutura rural (antes predomínio latifundiário e semifeudal) e incrementos ponderáveis da produção agrícola, o mesmo não pode dizer-se das atividades econômicas urbanas que não acompanharam satisfatoriamente o ritmo expansivo do Setor Primário, sobretudo quando se considera a incapacidade evidenciada da Indústria e Serviços para incorporarem à população economicamente ativa crescente parcela da população urbana, que mal atinge 25% do total demográfico do Estado. Na verdade, a queda de posição da Indústria na contribuição à renda interna dis-

farçada pelo incremento dos "serviços industriais" que se expandem no processo de diversificação de atividades enquanto a "indústria de transformação" estagna.

Apenas ao aproximar-se a década de 1970, alguns poucos empreendimentos industriais de grande porte quebram a monotonia da indústria de óleo: Moïno de Trigo, CEPALMA (celulose e papéis), ITAPECURU (cimento), SUDENVESTE (roupas).

No setor de Serviços expandem-se significativamente os subsetores Governo (em grande medida graças ao substancial acréscimo da Receita de Transferências Federais), Crédito (posto que em anos mais recentes a expansão destes subsetores esteja permitindo — via intermediários financeiros integrantes dos Grandes Bancos Nacionais — a filtragem de substancial parcela da poupança privada estadual).

O exame do desempenho dos Setores Econômicos evidencia uma dependência do nível de atividades econômicas urbanas em relação ao Setor Primário: as indústrias principais do Estado vinculam-se ao babaçu — produto extrativo; o subsetor Comércio apresenta correlação quase igual à unidade (0,99) com o valor da produção agrícola; e o subsetor Governo tem a base da Receita Tributária (a nível de quase 70%) repousando na comercialização do arroz e babaçu.

A despeito do incremento da renda por habitante no período (posto que esse incremento não tenha tido distribuição socialmente satisfatória) e de ter triplicado nos 3 últimos decênios a população urbana (fator de diversificação do consumo de produtos industrializados), não se criou um processo autônomo de indústria leve capaz de suprir a demanda estadual.

Finalmente, a partir da metade da década de 1960, o Governo Estadual moderniza seus procedimentos, define uma ação planejada e eleva, a níveis sem precedentes, o Investimento Público, estimável em 10 a 12 % da Renda Estadual, em média, nos últimos 10 anos, taxas, sem dúvida, superiores à predominante na Região.

Do conjunto de fatores favoráveis ao crescimento econômico, implícito no que anteriormente se afirmou, merecem destaque:

- a) - ampla disponibilidade de terra a custo do ônus de desbravamento da mata;
- b) - expansiva disponibilidade de mão-de-obra por incremento migratório;
- c) - expansão, concomitante ao desmonte da mata, da cober-

- tura de babaçuais produtivos;
- d) - melhoria de manejo e introdução de sangue melhorado na bovinocultura;
 - e) - discreto fenômeno de repulsão campo-cidade;
 - f) - liberação de massa mais numerosa de produtores rurais da situação semi-feudal prevalecente nas áreas de ocupação histórica;
 - g) - incremento substancial da Receita e do Investimento Público;
 - h) - criação de uma infra-estrutura econômico-social ponderável.

Contudo, os resultados colhidos no processo de desenvolvimento maranhense, apesar da reativação ocorrida a partir de 1967, estão longe de ser satisfatórios, quando se consideram as desigualdades regionais e o fato de que o Produto Estadual vem crescendo a taxas inferiores às do País como um todo. Identificar os fatores limitantes que restringiram as potencialidades acima indicadas e até, em boa medida, as frustraram é impositivo para tentar definir meios de superação daqueles fatores, de tal forma que potencialidades, maximizadas em seu aproveitamento, permitam alcançar índices satisfatórios de crescimento econômico, capaz de propiciar equivalentes benefícios sociais.

O aprofundamento do exame das causas que impediram a efetivação do forte potencial de crescimento econômico conduz aos seguintes fatores restritivos:

- a) - a incorporação das terras da nova fronteira processou-se de forma espontânea e predatória, delapidando um enorme estoque de recursos florestais pela queima, e, por não ter havido no período (1950-1965) nenhuma ação do Poder Público, o modelo de ocupação tendeu ao nomadismo e à grilagem, restringindo fortemente a fixação dos produtores à terra e transformando-se, frequentemente, em simples desmontadores de mata para benefício de uma pecuária mais capitalizada. Já na década de 1950, Inácio Rangel apontava o fenômeno, sintetizando-o: "O chifre do boi contra o rim do lavrador expele este das terras que beneficiou para a mata".

Sobre ser este sistema socialmente danoso, ainda acumulou a agravante de permitir a destinação à pecuária de vastas áreas de vocação predominantemente agrícola, com

- grande deseconomia para o Estado;
- b) - o avanço da nova fronteira agrícola não foi, no período citado, acompanhado, por parte do Poder Público, da implantação de uma infra-estrutura econômica e social nas áreas de nova ocupação, notadamente de transporte; em consequência, os fretes da produção agrícola dessas regiões, elevados face ao drástico desgaste dos veículos, constrangeram os preços ao produtor, mantendo este a um nível de subsistência pouco mais do que elementar;
 - c) - a característica de ocupante sem posse legitimada da terra, ou simplesmente nômade, impediu o produtor rural de acesso ao crédito/política de preços mínimos e condicionou-o ao atravessamento creditício de usineiros e/ou comerciantes, situação igualmente depressora dos preços ao produtor rural;
 - d) - a combinação de situações descrita nos itens A, B e C bloqueou a perspectiva potencialmente forte de constituir-se, na incorporação da nova fronteira agrícola, uma classe próspera de empresários médios capaz de alicerçar nova estrutura rural condicionada à modernização tecnológica e à diversificação de produtos; do mesmo passo, manteve a massa maior da população estadual (=75%) em níveis de consumo elementar de subsistência e restringiu o perfil do consumo diversificado ao percentual menor (= 25%) da população, ou seja: manteve o mercado estadual para produtos industriais de amplo consumo em nível restrito frequentemente sem a escala mínima de demanda para animar os investidores;
 - e) - o modelo que prevaleceu no período de 1950-1970 favoreceu a expansão dos lucros nas transações meramente mercantis-especulativas (deprimindo preços ao produtor rural, do mesmo passo que permitia máxima apropriação ao intermediário comercial - financeiro) em tal grau que o investimento industrial apareceu como pouco estimulante, pela sua incapacidade de remunerar o capital às taxas extraordinárias da simples transação comercial com os produtos agrícolas.

A nova classe empresarial, surgida em consequência da expansão da área agrícola e novos centros e fluxos de co-

mercionalização, não estava, pois, condicionada para assumir um processo de industrialização:

- f) - a maior liberdade relativa dos produtores rurais (e consequente relativa melhoria de seus padrões de vida) e a elevada remuneração do capital mercantil especulativo condicionavam a estabilização de uma estrutura produtiva tendente à auto-satisfação com seus níveis de discreta melhoria e, portanto, não conducente a estimular um novo patamar de tecnologia de produção, incrementos de produtividade da mão-de-obra, capitalização rural, integração da renda e dos benefícios sociais do crescimento econômico; ou seja: não se gerou um processo de desenvolvimento auto-sustentado.

Em síntese, a mobilidade espacial decorrente do acesso às terras públicas quebrou a rigidez do anterior regime de relações de produção (latifúndio feudalizante) e melhorou relativamente a renda do produtor rural, mas a falta de política do Poder Público, para transformar ocupantes em proprietários rurais, impediu que estes colhessem o total de benefícios implícitos na nova estrutura; permitiu o florescimento da grilagem, restringiu a capitalização dos produtores ao menor número, enquanto o maior número era compelido ao nomadismo predatório; facilitou a ocupação, pela pecuária, das terras desbravadas de melhor utilização na agricultura; manteve restrito o mercado consumidor de produtos industriais; proporcionou a formação de uma nova classe mercantil/especuladora, que foi a grande beneficiária de todo o processo de mudança da geografia econômica e das novas relações de produção.

Enquanto o processo sócio-econômico rural assim encontrava restrições ao potencial de uma nova estrutura que não chegou a consumir-se e que mais beneficiou, sobretudo, o Subsetor Comércio, do Setor Terciário, a Indústria Maranhense evoluía relativamente em sua participação na formação da Renda Interna Estadual, pois, ao se multiplicarem excessivamente as unidades de beneficiamento primário da amêndoa de babaçu (único ramo industrial que sofre expansão considerável no período e cujo parque logo atingiu elevado grau de ociosidade, por carência de matéria-prima, cessando, em consequência, a atividade, de numerosas usinas), fecharam todas as fábricas de tecidos, o ramo industrial de maior peso e tradição no Setor Secundário Maranhense que, ao ser instalado em final do século XIX, dera ao Maranhão a condição do quar-

to Estado Industrial do País. A combinação do processo de liquidação da indústria têxtil com as dificuldades dos produtores de óleo de babaçu (das 46 usinas instaladas, não chega a 10 o número das que remanescem funcionando) criavam uma visão negativa e desencorajadora de iniciativas industriais que, contrastando com o alto lucro obtido pelo capital aplicado nas transações mercantis propiciadas pelo incremento de produção agrícola no sistema acima descrito, não poderia permitir o surgimento de um empresário local capaz de utilizar as oportunidades que, a despeito de tudo, existiam e continuam à espera da iniciativa industrial.

1.5. — O Último Decênio

A análise do desempenho da economia maranhense, nos últimos 10 anos, evidencia que os esforços públicos, com ênfase para a infra-estrutura (1967-74) e os estímulos ao Setor Primário, posto que tenham produzido uma não desprezível reversão da tendência declinante dos setores produtivos, não produziram o resultado esperado.

Uma análise preliminar aponta o crescimento do Setor Primário a taxas positivas, a partir de 1967 com flutuações facilmente compreensíveis pela vulnerabilidade da produção rural e a alta dependência da Economia, como um todo, nas flutuações dos preços externos de apenas dois produtos: arroz e babaçu, e os Setores Secundário e Terciário acompanhando a curva da evolução daquele Setor, numa evidência clara da forte dependência em que os setores urbanos se vinculam à economia rural, no Maranhão.

A deficiência da resposta econômica aos investimentos em infra-estrutura (possibilitados em grande medida pela nova política de distribuição da Receita Pública, que quase duplicou a capacidade de investir dos governos estaduais nas áreas subdesenvolvidas) evidencia basicamente que:

- a) - o reforço da infra-estrutura não induziu um processo autônomo de industrialização;
- b) - os investimentos públicos não tiveram o poder de alterar a estrutura econômico - social notadamente no meio rural - por não ter sido possível transferir aos produtores rurais (80 % da mão-de-obra ocupada no Estado) o benefício decorrente das economias externas e melhoria qualitativa da produção, e que desestimulou as inovações

Arquivo particular
Maria Thelma

tecnológicas e manteve restritíssimo o mercado consumidor rural.

A alínea b é em realidade o grande fator determinante da restrição à expansão de todo o processo econômico maranhense, pois a expansão de um setor industrial (salvo para o beneficiamento ou transformação de matérias-primas estaduais de demanda externa, em número restrito, e em unidades de alta densidade de capital, e portanto pouco empregadoras e concentradoras de renda) dinâmico e empregador depende da incorporação, ao mercado consumidor, da massa de população rural, posto que o consumo urbano dificilmente oferece escala de produção satisfatória.

Sem um setor Industrial dinamicamente expansivo, capaz de ampliar a massa urbana de consumidores efetivos de bens e serviços, o Setor Terciário só encontra condições de inflar-se no paternalismo público e nas formas de sub-emprego urbano; o primeiro, restritivo da capacidade de investir do Poder Público, e, o segundo, apenas capaz de tornar mais numeroso o sub-consumo e sem condições de alterar o perfil da demanda de bens industriais e de serviços.

O quadro comparativo da distribuição da renda pessoal levantada pelos Censos de 1960 e 1970 confirma a expectativa de concentração de renda resultante da incapacidade do esforço de investimento público para alterar a estrutura econômico-social obsoleta.

TABELA - 11

MARANHÃO
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO E MISTA - 1960 - 70

POPULAÇÃO (decis)	PERCENTUAL DE RENDA			
	1960		1970	
1o.. Inferior		3,5		2,0
2o.	30%	4,5	13,0	3,0
3o.		5,0		4,0
4o.		6,0		6,0
5o.	30%	7,0	22,0	7,0
6o.		9,0		7,5
7o.		10,0		8,5
8o.	30%	11,0	30,0	11,0
9o.		12,0		13,0
1o.. Superior		32,0		38,0
5%		23,0		25,0

2. UM PROJETO PARA O MARANHÃO

2.1 – Considerações Gerais

Ao nível dessa estrutura herdada e dos fatores disponíveis (capital + tecnologia escassa + mão-de-obra de baixa qualificação + terra em relativa abundância) o objetivo da expansão econômica pode apresentar dois modelos de nítida conformação:

2.1.1 – Modelo maximizador dos efeitos econômicos, elevando a produtividade dos fatores, com ênfase para o capital sem preocupação com os custos sociais.

Este projeto colocaria à margem qualquer preocupação de natureza social através da difusão dos benefícios econômicos e sociais da expansão. Basear-se-ia no estímulo à capitalização rural através da concentração da propriedade, substituição da força-de-trabalho humana pela moto-mecanização de forma a criar grandes unidades produtoras rurais, com a transformação da agricultura atual com características de subsistência para a cultura de plantas de uso industrial, a pecuária moderna e a racionalização do extrativismo.

O modelo permitiria desenvolver a agro-indústria e projetos industriais de grande porte e alta densidade de capital, voltados para mercados fora do Estado. Este modelo não permitiria a permanência da atual prevalência da propriedade familiar rural semi-primitiva que seria provavelmente repelida para as terras livres da Amazônia pela incapacidade de competir com a estrutura rural capitalista a implantar.

O modelo demandaria recursos maciços de capital de obtenção extremamente improvável (ver a ineficiência do sistema de Incentivos Fiscais Regionais) a menos que este Projeto Maranhão pudesse ser vendido ao Governo Federal para deste receber tratamento prioritário nacional, o que parece utópico. Mas pode ser viabilizado pela atração de capitais do Sul do País atraídos pelo baixo preço da terra, o que resultaria na desregionalização total do comando da Economia do Estado.

Implicaria, com certeza, num esvaziamento demográfico do Estado e na implantação de modelo altamente concentrador de renda (a alta disponibilidade de mão-de-obra regional não permiti-

ria a repetição dos modelos do sul do País) e vulnerável na medida em que internamente dependente de mercados externos. Inevitavelmente resultaria, também, na marginalização de ponderável massa populacional expelida pela modernização agrária para os centros urbanos, notadamente a Capital.

Excluindo este modelo de incerta possibilidade, duvidosa conveniência econômica e custo social elevado e também não podendo ser considerada a hipótese de um processo satisfatório de industrialização, pode concluir-se que o modelo viável, a médio prazo, para o Maranhão, com base nos fatores disponíveis é:

2.1.2 — Modelo de modernização relativa com aproveitamento mais racional dos fatores efetivamente disponíveis e ênfase para a difusão social dos benefícios da expansão econômica capaz de transferir o estado da economia post-colonial para uma economia pré-capitalista.

Se este modelo é admitido, o esforço do Poder Público no último decênio para desobstruir os estrangulamentos da infra-estrutura econômica e social e reativar o Setor Primário - o que efetivamente oferece perspectivas de resposta mais significativa e imediata com democratização dos efeitos econômicos foi acertado - foi correto.

Contudo é de reconhecer-se que nem a resposta alcançou os índices esperados, nem se obteve a difusão social da expansão econômica que, embora moderadamente, efetivamente ocorreu a partir de 1967. Os indícios são de que antes acentuou-se a concentração da renda a um sub-setor do Terciário, o Comércio, que ampliou a parcela apropriada na intermediação da produção agrícola. Assim nem a massa de produtores rurais recebeu o estímulo da elevação da renda imprescindível à incorporação de melhorias tecnológicas nem se alterou o perfil estadual de demanda que, a nível de 85% da população, continuou restrita à subsistência elementar.

A estrutura da Economia maranhense, malgrado os incrementos quantitativos de Produção e Exportação do último decênio, não sofreu nenhuma alteração fundamental e antes pode afirmar-se que sequer foi possível implementar todas as consequências da mudança econômica e social implícitas na rutura do sistema "latifúndio-transporte fluvial-Praia Grande" que prevalecia no Estado até a década de 1950, quando foi substituído pela prevalên-

cia do sistema "nova fronteira agrícola-rodovias-multipolarização comercial".

Cumpra indagar porque se frustraram essas excelentes pré-condições de mudança, apesar dos investimentos públicos ponderáveis dos últimos 7 anos em infra-estrutura e fomento ao Setor Primário.

Tudo leva a crer que medidas básicas imprescindíveis deixaram de ser implementadas, medidas de complementaridade essencial ou talvez mesmo de maior essencialidade, sem as quais tudo o que pode obter-se da Economia é a expansão quantitativa moderada da Produção (a menos que as circunstâncias cooperem para incorporar à agricultura áreas consideráveis de terras virgens, como ocorreu - em decorrência da abertura de rodovias federais e coincidente mau ciclo climático nordestino, do fim da década de 1950 aos primeiros anos da década de 1960). Expansão produtiva que parecem indicar sobre anos recentes - apenas tem beneficiado os Intermediários Comerciais e o Governo Estadual; os primeiros por terem se apropriado mais do que proporcionalmente das conjunturas favoráveis de preços dos produtos maranhenses, e o segundo por ter sido beneficiário decorrente (via tributação) da conjuntura.

Onde — cabe perquirir — os estrangulamentos persistentes ou erros da ação programada do Governo ou impasses institucionais que impediram o modelo de mudança econômico-social implícito nos eventos das décadas 50/60 de frutificar seus benefícios e abrir efetivamente um novo capítulo na realidade maranhense, pela superação dos resíduos feudais de sua estrutura?

A menos que o modelo a implantar fosse o descrito acima como "Modelo A", pouco se poderá conseguir no asseguramento de um processo de desenvolvimento do Estado sem identificar aqueles estrangulamentos e/ou erros de ação governamental e/ou impasses institucionais.

A evidência empírica e as informações disponíveis conduzem a tentar identificar três obstáculos fundamentais à mudança que proclamadamente se perseguiu:

a) - IMPASSE FUNDIÁRIO — Nas últimas 3 décadas ampliou-se de 328 mil ha para 775 mil ha a área agrícola incorporada ao processo produtivo pela expansão da nova fronteira possibilitada pela ampliação da rede rodoviária, imigração e migração interna intensas. Tornadas acessíveis grandes áreas de terras virgens devolutas ocorreu um processo predatório e em grande medida nômade de

ocupação dos vales do Mearim, Pindaré, Turi e Tocantins, do mesmo passo que a produtividade (elevada na primeira utilização) dessas terras assegurava incrementos mais que proporcionais da produção de cereais e dos excedentes exportáveis.

Essa frente de avanço pioneiro teve suas próprias características de instabilidade agravadas já pelo descaso do Governo Estadual que permitiu sua espontaneidade sem a preocupação de estabilizar — pela posse da terra e oferta de economias externas — a ocupação e, por outro lado nada fez para coibir as fraudes de titulação (e antes se associou ao processo concedendo títulos de grande propriedade destinada à pecuária ou à especulação fundiária sobre áreas já trabalhadas por unidades familiares). Resultou daí que exatamente as áreas novas incorporadas, onde poderia ter sido racionalizada a posse e uso da terra são hoje as mais turvas estruturas agrárias, a exigir medidas pertinentes e decisivas de regularização que têm encontrado óbice na restrição ao INCRA das desapropriações por interesse social e na delonga excessiva dos procedimentos judiciais que, na prática, frustam a iniciativa do Governo Estadual.

Disso resulta a anômala situação de posse e uso de terra que situa o Maranhão - apesar do considerável estoque de terras públicas - na pior proporção proprietários/lavradores sem terra da Região; anomalia que impede a massa maior dos produtores rurais de se beneficiarem do sistema de financiamento da produção e faz deles prisioneiros de uma intermediação de crédito (via usineiros e comerciantes) que multiplica, a níveis insuportáveis, o custo do financiamento traduzido pela venda da produção a preços aviltados. E, finalmente, impedindo-o de capitalizar-se mesmo a níveis incipientes, frustra a possibilidade de melhorias tecnológicas e reativa o nomadismo na busca da mata cujo desmonte permite melhor produtividade na primeira utilização da terra ou por pressão dos que tiveram meios de apropriar-se da gleba que tornou produtiva com seu trabalho.

TABELA - 12
AGROPECUÁRIA
POSSE DA TERRA - 1970

	TOTAL DE UNIDADES PRODURAS	CONDIÇÃO DE POSSE DA TERRA					
		Proprietários		Lavradores sem Terra Regularizada			
		Absoluta	%	Arrendatários	Ocupantes	Total	
				Absoluta	%		
Maranhão	369.924	48.397	12	147.629	190.405	338.034	86
Pará	141.779	64.695	46	8.347	66.195	74.542	53
Piauí	217.992	73.744	34	50.402	49.993	100.395	46
Ceará	245.955	159.135	65	21.238	37.910	59.148	24
Goiás	145.144	110.997	77	6.149	26.776	32.925	23

Por solicitação do Governo Estadual, o Presidente Médici baixou Decreto considerando 75.000 Km² da superfície do Estado em área prioritária para Reforma Agrária, cobrindo a região compreendida entre Pindaré — Lago da Pedra e Ipixuna — D. Pedro, que concentra a maior densidade populacional e a participação mais ponderável na produção agrícola maranhense. A medida federal permite uma ação decisiva no sentido da regularização da posse de terra, pela anulação da titulação fraudada e — quando for o caso — a desapropriação por interesse social. Contudo, três anos decorridos da decretação nada foi posto em execução pelo INCRA, a quem incumbiriam as medidas de implementação da Reforma; enquanto isso, posta sob suspeita a situação fundiária da região, as entidades creditícias passaram a recusar financiamentos aos produtores que anteriormente incluíam entre seus clientes.

O trabalho que o Governo Estadual desenvolveu em áreas menos controvertidas alcançou nos últimos 4 anos cerca de 12 mil unidades produtoras — realização extremamente modesta quando se considera a massa de unidades produtoras sem posse regularizada.

A estrutura da posse e uso da terra continua assim a ser fortíssima condicionante negativa do processo de modernização agrária e incorporação dos produtores rurais ao mercado consumidor de bens e serviços que não se limitem a assegurar a simples sobrevivência.

b) - IMPASSE DA INTERMEDIÇÃO COMERCIAL — O estabelecimento de uma nova fronteira agrícola nos últimos 30 anos, avançando condicionada pela expansão da rede rodoviária, subverteu por completo o sistema comercial secular, estabelecido na malha da navegação fluvial e convergente para o oligopólio-oligopsônio de São Luís (Praia Grande). O peso da produção agrícola deslocou-se do vale do Itapecuru para os do Mearim, Pindaré e Tocantins e, de vez que: as exportações — excetuando o óleo/torta de babaçu — tinham por mercados de maior demanda o Nordeste e as camadas de menor renda de Minas-Rio; o porto de São Luís oferecia cada vez mais precárias condições de operação; os produtos maranhenses beneficiavam-se do frete de retorno dos caminhões que demandavam o Estado trazendo mercadorias cujo valor por unidade de peso permitia o frete rodoviário, fracionou-se extrema-

M.T

mente o sistema comercial atacadista e sub-atacadista (antes concentrado em São Luís onde firmas rateavam áreas de controle) do mesmo passo que ganhavam peso as unidades comerciais móveis constituídas pelos caminhoeiros que, por conta própria ou como agentes de empresas de fora do Estado, vendiam e compravam sem a intermediação dos atacadistas.

Este novo sistema comercial ofereceu sem dúvida menor rigidez e, por ser concorrencial, melhorou em alguma medida a remuneração dos produtores rurais. Não pôde chegar, porém, a produzir todo o potencial que tinha implícito devido a:

- Insuficiência da Rede Rodoviária Alimentar, que, isolando os centros produtores, permitia a manutenção de;
- Cadeia Excessiva de Elos Comerciais isto é, agentes e sub-agentes dos comerciantes estabelecidos nos eixos viários;
- Anomalia na Posse e Uso da Terra que, como já se expôs, vieram a prevalecer mesmo nas áreas de nova fronteira agrícola, de que resultaram;
- Relações de Produção Inadequadas, que restabelecem a vulnerabilidade financeira dos produtores e impedem uma equânime distribuição entre produtores e intermediários comerciais da renda gerada pela agricultura.

Sem acesso ao sistema de financiamento da produção o produtor rural é obrigado a submeter-se à rede de fornecedores-agentes comerciais-grossistas que só oferece sobre as relações depressivas do latifúndio a vantagem relativa de ter alguma condição concorrencial. Esta rede não prejudica apenas o produtor — por seus excessivos elos, encarece também os preços ao consumidor.

c) - IMPASSE TECNOLÓGICO — Entregue durante decênios a uma filosofia de cumprir o exercício da manutenção do status-quo, o Governo, no Maranhão, ignorou por completo a identificação do verdadeiro potencial de recursos naturais do Estado que também não se beneficiou de atividades nesse sentido por parte do Governo Central, de vez que mesmo a nível nacional a pesquisa-experimentação-desenvolvimento tecnológico não foram no período interesses prioritários do Poder Público e a limitada atividade nesse sentido seguiu todo um processo de concentração de investimentos em favor das áreas de maior dinamismo econômico, decorrente da transferência, no século XIX, do eixo econômico e político nacio-

nal do Nordeste para o Centro-Sul e Sul do País.

Assim, ao atingir-se a metade do século XX, no Maranhão a atividade fundamental continuava sendo: a pecuária extensiva e degenerativa, a pesca de captura artesanal, a coleta de produtos nativos (babaçu), o cultivo, por métodos predatórios do fogo, de gêneros de subsistência. Os únicos plantios de plantas de uso industrial — a cana e o algodão (que fizeram a prosperidade do começo do século XIX) — entraram em decadência. No beneficiamento da mandioca os equipamentos artesanais são herdados da cultura indígena. O peso da indústria de transformação (notadamente se considera a produção de uso final) na Economia reduziu-se a proporções insignificantes.

No último século as únicas inovações no sentido de utilizar recursos naturais são: o babaçu como oleaginosa — só agora se atenta para a perspectiva de aproveitamento integral do coco; jaborandi para obtenção da pilocarpina (graças à tecnologia do grupo internacional Merck).

Só muito recentemente o Governo vem desenvolvendo esforços significantes, embora insuficientes, no campo da identificação de Recursos Naturais e seu potencial de utilização e da pesquisa/experimentação. O novo horizonte que se abre para o babaçu, pelo aproveitamento integral que multiplicará seu valor econômico, e a perspectiva da industrialização do gigantesco estoque florestal da pré-amazônia maranhense que só em madeiras de demanda internacional pode ser estimado em mais de 5 bilhões de dólares, são indicativos do potencial desaproveitado ou delapidado pela deficiência tecnológica, no Maranhão (17).

Esse déficit tecnológico resulta na manutenção da Economia Estadual em níveis de primitivismo e baixa produtividade de fatores - inclusive aqueles de maior disponibilidade; e na indisponibilidade de alternativas de atividade econômica capazes de assegurar maior produtividade a esses fatores.

(17) - Pesquisas vêm sendo desenvolvidas pelo IRN/CODEMINAS para identificar Recursos Minerais, Solos e Florestas, Recursos Pesqueiros; e restritos experimentos a cargo da SAGRIMA têm sido realizados.

IRN - Instituto de Recursos Naturais (extinto). CODEMINAS - Companhia Maranhense de Pesquisa Mineral, atualmente COPENAT - Companhia de Pesquisas e Aproveitamento de Recursos Naturais (Nota do Editor)

Resumo Pontual
MJ

Cumpra ressaltar que os setores urbanos - e notadamente a indústria - não têm tido capacidade para desenvolver mesmo as viabilidades existentes: o empresariado prevalecente com a mudança no sistema de fluxo de comercialização é uma nova estrutura não consolidada e com propensão forte para a especulação mercantil e improvisação administrativa, na busca de elevados ganhos na intermediação comercial ao nível depressor de preços ao produtor cujos condicionamentos já se descreveram.

Por outro lado, a propensão a investir da parcela da população que se beneficia da acumulação de renda está muito aquém de seu potencial, reduzida como é pelo consumo supérfluo ou até conspícuo e a preferência à colocação da poupança residual em títulos de renda que ampliam a evasão dos recursos estaduais, pois os valores captados fluem para Regiões mais desenvolvidas.

Se esses três impasses básicos não são rompidos - fundiário, comercial e tecnológico - todos os esforços de estímulo à Economia resultarão, quando muito (e se as conjunturas externas de preços forem favoráveis) em crescimento de renda e de sua concentração (modelo de capitalização rural concentrada pela pecuarização latifundiária que, inclusive, o Governo tentou patrocinar nos últimos dois anos); esvaziamento demográfico rural por expulsão para a marginalização econômica na Capital e para a nova fronteira agrícola amazônica; e perda de dinamismo dos pólos urbanos do Interior por concentração e redução da função terciária decorrente da rarefação populacional das áreas rurais sob sua influência.

Este modelo, que poderá alcançar níveis de boa remuneração do Capital, não ensejará o surgimento de um Setor Secundário empregador, pois tenderá a dar oportunidade apenas a grandes unidades industriais modernas, capital - intensivas para exportação, já que a população tenderá a estagnar ou mesmo reduzir-se e acentuar-se-á a concentração da renda, posto que a renda "per capita" possa elevar-se substancialmente.

O modelo terá, via desapropriação da área dos posseiros rurais, um custo social elevado, e provocará, no decurso de sua maturação fortes tensões e fricções sociais.

Finalmente deve ressaltar-se que:

— A taxa da poupança pública tem se mantido a nível de $\pm 50\%$

da Receita Global (inclusive captação de recursos externos de financiamento) mas está havendo forte compressão dos gastos correntes com prejuízo de sub-utilização das redes de serviços implantados. A nível de Formação Bruta de Capital Fixo, a poupança pública deve estar próxima de $\pm 10\%$ do produto Estadual bruto.

- A poupança privada, face ao perfil de concentração da renda pessoal, pode estimar-se num mínimo de 6 - 8% da PEB. Contudo, a participação dessa poupança na formação de Capital Fixo, é muito inferior a esse percentual quer por uma tendência crônica das camadas de maior renda ao "consumismo" quer pelo atrativo de aplicar essas poupanças a formas não-maranhenses de captação (ações, papéis de renda, etc.) A poupança local destinada a Formação Bruta de Capital Fixo não deverá estar hoje ultrapassando 5% do PIB.
- Assim pode estimar-se a Formação Bruta de Capital Fixo em torno de 15% (10% do Governo + 5% dos investimentos Privados) bem acima do nível que W.W. Rostow aponta como indicador da arrancada para o desenvolvimento. Contudo há que analisar que a proporção entre investimentos (FBCF) públicos e privados tem tendido a ampliar as economias externas mais rapidamente do que as unidades diretamente produtivas. Assim a resposta econômica não é estritamente proporcional a uma relação P/K dos setores produtivos porque é reduzida pela menor rentabilidade econômica dos Investimentos em economias externas.

TABELA - 13

RENDAS POR PESSOA ECONOMICAMENTE ATIVA - 1960-70
 (Remuneração do Trabalho e Mista)

ANO	Renda Rural	Pop. Economicamente Ativa	%	Renda Urbana	Pop. Economicamente Ativa	%	Renda Total	Pop. Economicamente Ativa	%
1960	51 687 270	477 892	108,222	421 592	121 767	184,1	74 108 862	599 659	123,6
1970	67 186 643	632 456	106,247	191 364	199 322	236,8	114 378 007	831 778	137,5

TABELA -- 14
ÁREA DE LAVOURA POR PESSOA OCUPADA -- 1950-70

	Área de Lavouras	População Economicamente Ativa	Área por pessoa ocupada	Produto Agrícola	
				Por Pessoa	Por Área
1950	328 714 -	360 707	0,80	584, -	641, -
1970	773 670 -	632 456	1,01	1 278, -	1 041, -

Fonte: -- Índice Preços por atacado (alimentos) FGV e Renda Agrícola 1950 - FGV

TABELA - 15

MARANHÃO
ESTIMATIVA DE RENDA INTERNA
1960 - 1970

SETORES	RT		RK		T	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Renda Rural	624	804	-	-	624	804
Renda Urbana	269	566	355	336	628	902
Renda Total	893	1370	355	336	1256	1706

TABELA - 16

RENDAS MENSAL DO TRABALHO E MISTA (Não inclui renda do Capital) - 1960 - 70

ANO	RENDA RURAL	POPULAÇÃO RURAL	RENDA P/HAB RURAL	RENDA URBANA	POPULAÇÃO URBANA	RENDA P/HAB URBANA	RENDA TOTAL	POPULAÇÃO TOTAL	RENDA P/HAB TOTAL
1960	51 687 270	2 043 630	25,29	22 421 592	448 509	49,99	74 108 862	2 492 139	29,74
1970	67 186 643	2 240 659	29,99	47 191 364	752 027	62,75	114 378 007	2 992 686	38,22
%	0,30	0,10	0,19	1,10	0,68	0,26	0,54	0,20	0,29

TABELA 17

FORÇA DE TRABALHO E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – 1940 – 70
(10 anos e mais)

ANO	EMPREGO URBANO			EMPREGO RURAL		EMPREGO TOTAL		f/e
	a) P. Total	b) P. Remunerada	b/a	c) P. Total	d) P. Remunerada	d/c	e) P. Total	
1940	1 311 108	68 482	0,52	724 236	357 168	0,49	855 344	425 650
1950	2 031 116	73 173	0,36	899 610	406 041	0,45	1 102 726	479 214
1960	3 111 307	138 860	0,44	1 354 893	651 378	0,48	1 666 200	790 238
1970	5 222 654	210 260	0,40	1 501 098	762 900	0,51	2 023 752	973 160

2.2 – Um Projeto para o Maranhão

Por tudo que foi exposto continuamos a considerar que é impositiva a opção por um outro MODELO DE PLENA UTILIZAÇÃO DOS FATORES DISPONÍVEIS COM MÁXIMO APROVEITAMENTO DO POTENCIAL DE RECURSOS NATURAIS E MÁXIMA DIFUSÃO SOCIAL DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Vale dizer que o esforço do Setor Público e a mobilização do esforço do Setor Privado devem convergir para:

- aprofundamento da identificação dos Recursos Naturais;
- identificação e desenvolvimento (via pesquisa/experimentação) de tecnologias visando o máximo aproveitamento dos Recursos Naturais ao nível do potencial dos outros fatores disponíveis ou mobilizáveis;
- elevação relativa da tecnologia do fator trabalho e redução da ociosidade relativa da mão-de-obra rural;
- eliminação dos impasses estruturais/institucionais que limitam a capacidade de modernização da estrutura de produção agrícola;
- adequação da oferta de infra-estrutura às exigências de expansão do sistema produtivo;
- estímulos ao investimento privado com ênfase para os projetos industriais.

O Estado oferece dois caminhos que isolados ou combinadamente, permitem superar os fatores restritivos anteriormente expostos:

- A) – melhor combinação dos fatores amplamente disponíveis – Terra e Mão-de-Obra rural; (18).

(18) - EVIDÊNCIAS CENSITÁRIAS – Segundo os primeiros dados do Censo Agrícola a produção obtida nas Lavouras do Maranhão é inversamente proporcional, em termos de rendimento por área disponível, ao tamanho da propriedade. As grandes propriedades, que ocupam percentual elevado da área agrícola são, em sua quase totalidade, utilizadas para a pecuária, mantendo parcelas ponderáveis de área de mata e inculta.

Assim, o incremento significativo da produção agrícola estadual, nos últimos 20 anos, deveu-se quase exclusivamente ao incremento da mão-de-obra rural (mais que proporcional ao aumento vegetativo da população, devido ao ingresso ponde-

B) — identificação dos "desperdícios" de Recursos Naturais e das matérias-primas industrializáveis (mesmo que só para exportação) e comando pelo Poder Público de seu aproveitamento industrial (com maior ou menor participação da Poupança Privada, local, sempre que possível).

Caminho A) — com relação à posse e uso da terra o Maranhão apresenta um aspecto rural trifacial: a) vasta disponibilidade de terras públicas estimável em 15.000.000 ha, embora parte ponderável desse total esteja hoje ocupado por produtores rurais sem titulação, com tendência à minifundização, parte "grilada" e parte em processo de alienação a grupos econômicos de fora do Estado que, preferencialmente, destinarão as áreas à pecuária; b) no Cerrado, Chapadões e Planalto prevalência de latifúndio com pecuária de baixa produtividade ou extensivismo e/ou produtores rurais em regime semi-feudal e praticando lavoura de subsistência, de baixa produtividade nessas Regiões; c) minifúndio insuficiente à simples manutenção familiar por densidade populacional excessiva com relação à área não-salificada da Baixada.

Com relação à tecnologia agropecuária três são os óbices mais graves à plena utilização dos fatores disponíveis: d) indisponibilidade de definição de opções de culturas que permitam elevar a utilização da mão-de-obra rural (os tratos atuais signifi-

rável de migrantes em idade de trabalho) atuando sobre as terras devolutas tornadas acessíveis pela abertura dos grandes eixos viários de ligação inter-regional.

Os dados evidenciam, também, que enquanto a pecuária de grande porte teve, no período, uma taxa de incremento muito insatisfatória, a pecuária de pequeno porte cresceu em ritmo muito superior, nas pequenas unidades de produção agrícola.

Fica, pois, claro que, ao nível dos fatores estadualmente disponíveis, o desenvolvimento agrícola com base na grande propriedade pecuária — mesmo que relativamente modernizada — é uma falácia. Vejamos os números evidenciadores:

— Hipótese ótima de rentabilidade atual da pecuária permite admitir a produção de 30 Kg de carne por hectare/ano; ao preço da carne ao consumidor isso significaria:

$$\begin{aligned} 30 \text{ Kg} \times \text{Cr\$ } 16 &= 480 \\ \text{ICM incidente} &= 67,2 \end{aligned}$$

— Considerando que o nível de tecnologia do produtor de pequena propriedade exige um pousio das terras de 4 anos na produção das lavouras, teremos a seguinte produção estimável por hectare

$$\text{P/Ha } \frac{1500 \text{ Kg} \times \text{Cr\$ } 4,4}{5} = \text{Cr\$ } 1.320$$

$$\text{ICM incidente} = 184,8$$

cam a ocupação de apenas 120 em cada 300 dias); e) prevalência da predação das reservas florestais avaliadas em 30/40 m³ por hectares, na incorporação de novas áreas; f) em vastas áreas ainda é praticado o criatório extensivo de pecuária bovina, o que resulta em baixíssimas taxas de reprodução e desfrute.

A análise desses problemas de posse e uso da terra e insuficiência tecnológica permite propor uma política combinatória de ação para a agropecuária que sintetizaremos em:

a) — Reorganização do Espaço Econômico Rural — destinando a Pré-Amazônia à ocupação pelos excedentes de mão-de-obra das áreas expressas nos itens "b" e "c" supra; estimulando a concentração fundiária, na área compreendida no item "b" num modelo empresa capitalizada capaz de elevar a produtividade do solo por aumento dos recursos de capital/tecnologia; orientar a Baixada à pecuária bubalina.

b) — Titulação das Ocupações — com o duplo objetivo de por fim ao nomadismo predatório e assegurar melhor remuneração do trabalho rural pelo acesso ao crédito e política de preços mínimos.

c) — Definição de Alternativas de Cultivos que Reduzam Ociosidade Relativa da Mão-de-Obra Rural, elevando portanto a

Se aplicadas estas opções ao limite da mão-de-obra disponível atualmente (e dentro da disponibilidade de área agricultável do Estado) teremos:

a— Força de trabalho rural	1.200.000
Área limite utilizável por ano	3.600.000 ha
Área demandada para pousio	14.400.000 ha
Área total demandada	18.000.000 ha
Produção estimável da área utilizável	5.400.000 t
Valor da Produção	23.760.000.000

b — Utilização em pecuária da área total prevista na Hipótese "a"
 $30 \text{ Kg/ha/ano} \times 18.000.000 \text{ ha} = 540.000 \text{ t}$
 $540.000 \text{ t} \times \text{Cr\$ } 16.000 = \text{Cr\$ } 8.640.000.000$

Acrescente-se que a viabilidade da Hipótese "B" exigiria um rebanho de 18 milhões de cabeças, ou seja, uma inversão adicional de cerca de Cr\$ 15 bilhões, que supera, a nível totalmente inviável, a capacidade maranhense de Poupança.

produtividade do trabalho e a renda rural, sem necessidade de um salto tecnológico (que poderia ter efeito desempregador).

Da combinação destes fatores poderiam admitir-se os seguintes efeitos básicos:

X — Duplicação média estadual da produtividade do trabalho e conseqüentemente da renda das famílias rurais;

Y — mais do que duplicação da produção rural e dos excedentes exportáveis;

Z — mais que duplicação da Receita Tributária estadual;

W — criação de um mercado interno de 2,5 milhões de consumidores para o espectro de produtos industriais de consumo popular e, conseqüentemente, escala de demanda para um complexo de indústrias leves muito empregadoras (o que reduziria o desemprego e sub-emprego urbano).

Estas medidas de reorganização do espaço econômico e elevação da produtividade da Terra e do Trabalho Rural deveriam ser complementadas por políticas relativas ao ITEM "A" inicial visando dar valor econômico aos "desperdícios" e identificar as matérias-primas mal ou sub-utilizadas que permitam uma industrialização ainda que só "voltada para fora" (19). Identificada a viabilidade desse aproveitamento, o Governo deveria "comandar" (inclusive se for o caso como maior acionista) os projetos mais significativos, mobilizando, através da criação de um Fundo específico, a Poupança estadual, para assegurar máxima retenção local da renda gerada.

É difícil prever quanto poderia adicionar esta política industrial ao Produto Estadual mas, como indicativo do potencial, apontamos apenas o que poderá resultar do aproveitamento da casca do coco babaçu: o "desperdício" anual de 4.000.000 de toneladas de casca poderia ser convertido em 250.000 toneladas de carvão ativado cuja cotação internacional atinge em média US\$ 1.000/t. ou seja um adicional de Cr\$ 1.750.000.000,00 na Renda Estadual — mais de 30% da Renda Estadual prevista para 1975.

(19) - O problema é basicamente tecnológico. Classificamos como "desperdício" disponibilidades não aproveitadas como: casca de babaçu, ariri, plantas nativas medicamentosas ou para perfumaria, peixe "despescado", resíduos, arroz, etc.

TABELA - 18
 CENÁRIOS DA RENDA ESTADUAL
 (Hipótese em Cr\$ milhões)

MÃO-DE-OBRA OCUPADA DIAS/HOMEM/ANO MILHÕES	RENDIA AGRÍCOLA (A) VALOR	RENDIA INDUSTRIAL (B)		RENDIA TERCIÁRIA (C)		TOTAL	RPH Cr\$	
		Correlação B/A	Valor	Correlação C/A	Valor			Governo
120 (atual)	2.100	0,165	340	0,96	1.940	360	4.380	1.250
180 (hipótese A)	3.150	0,130(1)	410	0,90	2.835	640	6.395	1.827
240 (hipótese B)	4.200	0,110(2)	462	0,85	3.570	987	8.232	2.352

(1) Se se admite o efeito ampliação do consumo diversificado pode construir-se outra hipótese de Renda Industrial: correlação 0,18 e Ri = 567 e, portanto, RT = 6.552.
 (2) Neste item teríamos: correlação 0,20 e Ri = 840 e RT = 8.610.
 RPH - Renda por habitante.

Os resultados da aplicação desta política, a curto prazo, podem ser assim mensurados, nas duas hipóteses a seguir dimensionadas:

Tabela 19

ESPECIFICAÇÃO	U\$ MILHÕES		
	1974	1980	
		Hipótese A	Hipótese B
Renda Rural	230	460	575
Renda Industrial	37	112	150
Renda do Terciário	193	368	460
TOTAL	460	940	1.185
Renda por habitante	140	248	426
Hab. (milhões)	3,3	3,8	3,8
Consumo Diversificado	146	470	740
Urbano	100	240	400
Rural	46	230	340
Receita Tributária	40	100	142
Capacidade de Endividamento Público	200	500	710
Poupança Privada	37	100	150
Poupança Pública	40	100	142
TOTAL	77	200	292
$\frac{P}{RT} =$	0,167	0,212	0,255
$\Delta RT =$	0,076	0,100	0,120
$\Delta R_{pc} =$	0,046	0,070	0,090

2.3 – Observação Final

Este trabalho ignora por completo o impacto e consequências do projeto federal Carajás – Itaquí, fugindo, portanto, ao hiper-euforismo generalizado na área técnica-política estadual. Essa ignorância é consciente.

Em primeiro lugar porque no período em consideração (1975-79) é previsível: a implantação e início de funcionamento da ferrovia/sistema portuário exportador de minério de ferro, cuja repercussão sobre a Economia estadual, a nível de emprego e renda, é insignificante (o benefício tributário é do Pará, via ICM); a construção da Usina Siderúrgica para 4 milhões de toneladas com efeito sobre o emprego (construção civil) e aquisição de material de construção de maior significação mas não capaz de alterar profundamente a composição da Renda Estadual. A usina só deverá funcionar em 1980/81. O emprego direto que oferecerá na primeira etapa é previsto em 5.000 pessoas; o indireto é difícil de estimar (talvez 15 – 20 mil) e incidirá sobre a Capital; mas os insumos maranhenses que poderá adquirir reduzem-se, em perspectiva, ao coque de babaçu e areia. O efeito combinado desse adicional de renda “não-fictícia” é bastante poderável se se considera o atual Setor Secundário maranhense (a participação na Renda Interna poderá talvez dobrar mas se isso ocorre a Renda apenas se elevará em 10%). O impacto será bem mais significativo se for alterada a legislação que isenta as exportações de produtos siderúrgicos de ICM (o que parece obtível de vez que a alta tecnologia do projeto e o custo nordestino da mão-de-obra asseguram níveis de concorrência tranquilos no mercado internacional aos produtos da siderúrgica do Itaquí); neste caso o Governo terá sua Receita Tributária dobrada e, pois, substancialmente ampliada sua capacidade de ser o grande agente do processo estadual de desenvolvimento econômico.

Para o período 1975-79, portanto, parece ser desaconselhável transformar a perspectiva Itaquí em preocupação obcecante, posto que não deva deixar de receber prioridade a previsão de pro-

vidências como: qualificação de pessoal; identificação da participação da Economia estadual no suprimento de matérias-primas e demais insumos ao projeto; identificação de oportunidades industriais efetivas (vantagem locacional) decorrentes; adequação urbana da Capital para absorver o impacto do pólo siderúrgico-exportador.



JOSÉ TRIBUZI PINHEIRO GOMES, QUE ADOTOU O NOME LITERÁRIO DE BANDEIRA TRIBUZI, NASCEU EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 1927, FALECENDO NESTA MESMA CIDADE EM 08 DE SETEMBRO DE 1977.

ECONOMISTA, PROFESSOR, FOI CONSULTOR ECONÔMICO DE VÁRIAS ADMINISTRAÇÕES ESTADUAIS, TENDO PARTICIPADO DA ELABORAÇÃO DE DIVERSOS PLANOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO. NA ÁREA ECONÔMICA TEM PUBLICADOS ALGUNS TRABALHOS: ESBOÇO DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA MARANHENSE, ESFORÇO TRIBUTÁRIO EM REGIÃO SUB-DESENVOLVIDA, ESBOÇO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO, PESQUISA HISTÓRICA DO ALGODÃO MARANHENSE E SÍNTESE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LUÍS.